

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E UM DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**

-----No dia vinte e um dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas 18.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no edifício da “Central das Artes”, sita na Rua da Calçada, em Porto de Mós, com início pelas 18:00 horas, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Intervenção aberta ao público, nos termos do nº 1 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal;-----

----- **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;-----

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento) -----

-----2. Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2024 – Para conhecimento;-----

-----3. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2024 – Para conhecimento;--

-----4. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2024 – Para conhecimento;--

-----5. 1ª Modificações aos Previsionais 2025-2029:-----

-----5.1. 1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025; (apreciação, discussão e votação);-----

-----5.2. Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2025 (apreciação, discussão e votação);-----

-----5.3. 1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2025 (apreciação, discussão e votação); -----

-----6. Transferência de competências no domínio da saúde contrato interadministrativo com a Freguesia das Pedreiras para gestão e manutenção da unidade de saúde – Proposta (Apreciação, discussão e votação); -----

-----7. Pedido de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro - Encargos Plurianuais para o concurso de prestação de serviços de seguros diversos ramos para os anos de 2025 (resto), 2026 e 2027; Proposta (Apreciação, discussão e votação); -----

-----8. Proposta Final de ARU + ORU de Alqueidão da Serra e Relatório de Ponderação da Discussão Pública; Proposta (Apreciação, discussão e votação);-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, em substituição do Primeiro Secretário, Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luis Manuel Coelho Almeida (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Dep. Não Inscrita), Liliana Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Luis António Gomes da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luis Miguel Louro Ferrária, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS), Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, Sandra Maria da Silva Martins (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Rui Fernando Correia Marto, Paulo Jorge Nobre Pereira e Sofia Margarida Amado Pereira bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, António José Jesus Ferreira (PSD), que foi substituído por Agostinho Nogueira dos Santos (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), que foi substituída por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), que não comunicou nem pediu a justificação

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da falta, pelo que não foi substituído, Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), tendo sido convocada para o substituir Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), que não compareceu, e João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD) que foi substituído por Marinho Paulino Fortunato Valente (PSD)..-----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, passando a cumprimentar todos os presentes e dizendo que esta Assembleia Municipal irá ser regida pelo Regimento aprovado em 11.02.2022, desejando a todas e a todos uma boa sessão esperando que seja uma Assembleia Municipal, na defesa dos interesses próprios da população de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Passou a informar depois a Assembleia Municipal das faltas e substituições verificadas e que constam supra. Seguidamente, propôs à Assembleia Municipal que se fizesse um minuto de silêncio em memória do colaborador do Município, João Paulo Fernandes Marques e também da mãe do senhor deputado Júlio João Carreira Vieira, Maria da Ascensão Neto Carreira, recentemente falecidos. Antes que se fizesse o minuto de silêncio, a senhora Presidente da Assembleia referiu que queria dizer o seguinte:" O João Paulo, era uma pessoa sempre presente, como todos sabem, nas nossas Assembleias Municipais. Era um colaborador dedicado, amável, competente, sempre disponível para ajudar, e eu quero, aqui, publicamente, o nosso e o meu sincero agradecimento." Posto isto passou a fazer-se um minuto de silêncio homenageando assim João Paulo Fernandes Marques e a senhora D. Maria da Ascensão Neto Carreira.-----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir, tendo-se inscrito o senhor Jorge Gomes. -----

### **Jorge Gomes:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, começou por dizer que um dos assuntos que aqui o trás é dar os parabéns ao executivo da Câmara Municipal de Porto de Mós, pela execução do Parque Verde, em Calvaria de Cima, considerando que se trata de uma obra impactante para aquela localidade, acrescentando qualidade de vida aos seus habitantes. Disse depois que na Calvaria de Cima, até agora faltava

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma zona de lazer e um parque desportivo razoável. Com a construção do Eco Parque, fica colmatada a lacuna da zona de lazer, ficando a faltar uma zona desportiva razoável, que dê resposta ao aumento de habitantes que a freguesia de Calvaria de Cima tem tido. Não querendo tirar o enfoque daquilo que aqui o trouxe, reitera os parabéns ao executivo municipal, pela execução do Eco Parque Verde. O segundo assunto, tem a ver com a preocupação que alguns dos habitantes da freguesia têm, e entre os quais se inclui. Referiu que há uma empresa que fez um pedido de prospeção e pesquisa denominado, Moitalina – Casais de Matos, que abrange uma vasta área das freguesias de Juncal e Calvaria de Cima, que tem em vista a prospeção e pesquisa de matérias-primas de interesse económico para a referida empresa. Com a consequente exploração, em vários pontos do país, não faltam casos de protesto, como por exemplo Pombal, Coimbra ou Leiria, invocando a degradação das vias rodoviárias, aumento do ruído, poeiras que resultam numa diminuição da qualidade do ar, possível contaminação de águas, entre outras. Tudo isto ao longo de períodos de exploração que poderá ascender a duas décadas. Sabemos que as freguesias e os municípios, têm pouca ou nenhuma autoridade sobre estes pedidos, pois os mesmos necessitam apenas de validação pelos serviços centrais. No entanto, sendo algo que hipoteticamente influi sobre a qualidade de vida dos habitantes, acredita no interesse do executivo sobre este assunto. Posto isto, disse que gostaria de obter mais informações sobre a empresa em causa (Sorgila), bem como saber da possibilidade de se fazerem alguns estudos sobre os reais impactos que daí possam surgir ou simplesmente um parecer do Município que possa concordar ou negar os receios dos habitantes.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, que depois de cumprimentar todos os presentes, respondeu a Jorge Gomes dizendo que relativamente ao Eco Parque Verde da Calvaria de Cima, era uma ambição da Junta de Freguesia, foi um compromisso deste executivo e está cumprido, agradecendo o reconhecimento que fez. Sobre a questão a preocupação que manifestou, confirmou que este não é um tema, que, do ponto de vista do licenciamento, seja da competência da Câmara Municipal. Queria no entanto lembrar, que esta é uma região onde há mais de um século nasceu a indústria do barro, e esta só existe, porque existe matéria-prima. Se se teimar em condicionar a exploração, com vista ao abastecimento da indústria, esta deslocar-se-á para onde houver matéria-prima. A exploração quando é regrada, quando tem um plano de exploração, e associado, tem também um plano de recuperação, não há como achar inconveniente. Outra coisa diferente, é o que referiu, e muito bem, e que é a destruição das estradas, dos caminhos e do acessos, e muitas vezes, contrariando os próprios planos da exploração, em que existem por parte dos empresários obrigações, que muitas vezes não são cumpridas, e aí sim, Câmara Municipal atua. Terminando, disse que existem regras legais que nos protegem e que está em crer, que sendo essas regras aplicadas, é possível compatibilizar, como tem acontecido, quer na exploração de inertes, de calcário, no território do Parque Natural, quer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na exploração de argilas, ambas as coisas e desta forma poder continuar a ter um concelho mais próspero.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** :-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a votação a **ata nº 4 de 2024**, realizada em treze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, perguntando se alguém quer fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. Não havendo qualquer reparo, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação a Ata nº 5 de 2024, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Louceiro - Presidente da Junta de Freguesia de Juncal (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por dizer que trás aqui algumas questões começando por dar publicamente os parabéns às Freguesias de Pedreiras e Calvaria de Cima, pelo seu centenário. Referiu-se depois ao TGV, dizendo que na última sessão desta Assembleia Municipal já falou disto, e fazendo referencia à sessão de esclarecimento que vai haver no dia 14 de março, em Leiria, disse que guardaria as suas questões para essa altura. Abordou depois a questão da Nacional 8, que está pavimentada, mas ainda não está marcada, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se existe alguma previsão para a realização desses trabalhos. Referiu-se depois ao Cruzeiro do Juncal, dizendo que ficou a saber que há pessoas interessadas em comprar aquele espaço. Disse achar que isso não pode acontecer e que existe há alguns anos um acordo com o senhor Maia, por causa daquela permuta de terrenos aguardando-se resolução. Haver agora aqui um terceiro a querer comprar aquele espaço, para o Juncal, não é nada benéfico.-----

-----**Filipe da Conceição Batista – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – (JFAS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a agradecer ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo os melhoramentos que têm vindo a ser feitos na sua freguesia. Referiu depois um assunto que o preocupa, porque muitas vezes se vê confrontado com pedidos de declarações de situações que têm a ver com estradas e caminhos. Ultimamente, ocorreram alguns acidentes, por ausência de sinalética e as seguradoras pedem declarações à Junta de Freguesia, pedindo atenção para estas situações com vista à sua resolução.-----

-----**Luís Miguel Louro Ferraria – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento - (PS):**-----

-----Usando da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Pediu depois um esclarecimento sobre quando é que se iniciariam as obras do alcatrão na freguesia de S. Bento e a situação dos 150 metros de alcatrão em Casais

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Correias a Covões Largos, situação que já foi falada. Disse serem obras insignificantes para a Câmara Municipal, mas que fazem toda a diferença para os moradores daqueles lugares. Perguntou depois como está a situação do carregamento dos carros elétricos, porque na sua freguesia ainda nada aconteceu.-----

-----**Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS):**-----

-----No uso da palavra, disse querer aproveitar esta oportunidade para questionar o senhor Presidente sobre a linha de alta velocidade, relativamente ao estudo de impacto ambiental e se o mesmo já foi entregue. Disse que no estudo de impacto ambiental, aparecem duas opções, sendo que um dos traçados passa na Cumeira e o outro passa no Andam, freguesia do Juncal. Disse que queria perceber se a Câmara Municipal é uma das entidades que vai apreciar esse estudo de impacto ambiental ou não, em conjunto com todas as outras entidades, e também se será emitida opinião, sobre qual a linha com menos impacto nas comunidades. Outro assunto que trouxe também, tem a ver com o facto de esta semana ter recebido um convite, que desde já agradece, para participar na atividade do Tok'Andar, tendo reparado que no convite se refere o tema "Agricultura Sustentável", o que lhe suscitou alguma preocupação, pois está a usar-se uma designação, que é agricultura sustentável, que felizmente é posta em prática, por algumas explorações agrícolas do concelho, e este chavão, agricultura sustentável, foi implementado a nível mundial para defender o setor, daquilo que é uma atividade económica e base do sustento parcialmente ou totalmente de muitas famílias e também ainda no concelho de Porto de Mós, há famílias que vivem unicamente desta atividade, achando que o Município não devia usar termos, aos quais não dedica muita atenção. A sua mensagem aqui, é deixada como sugestão, gostando que fosse encarada pelo Município como um desafio, um seja, definir projetos que também, dessem algum apoio, às explorações agrícolas do concelho, para as fazer crescer, porque a sustentabilidade agrícola, é um triângulo equilátero, que tem três componentes essenciais: o ambiente, a parte económica e a parte social. Quando uma exploração agrícola, consegue produzir, poupando recursos ambientais, em termo de solos e água por exemplo, e quando consegue retirar dinheiro, que lhe permite viver com a sua família, dessa atividade, e quando consegue, em termos sociais, cumprir com aquilo que são as leis do trabalho implementadas no nosso país. Quando se chega a um ponto de equilíbrio, neste sistema, então, temos uma exploração agrícola, sustentável. O desafio seria o Município ter alguns projetos em prol, destas explorações agrícolas, que todos os dias lutam para conseguir este equilíbrio, e para definir planos, para serem mais sustentáveis no futuro.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que no passado mês de dezembro, a freguesia de Pedreiras comemorou o seu centenário querendo aqui dar os

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parabéns por esta mesma comemoração. Também felicitou a freguesia de Calvaria de Cima que igualmente celebrou o seu centenário, deixando aqui uma palavra de agradecimento ao senhor Presidente da Junta pela forma como organizou as festividades da freguesia, e envolver toda a comunidade, tendo sido um momento muito bonito. Falando da Calvaria, tem que se falar da obra do Parque Verde, que esteticamente está muito bonita, em sua opinião, felicitando a freguesia de Calvaria de Cima, na pessoa do seu Presidente e a Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, sendo uma obra, há muito ambicionada pela freguesia, que para além de ser útil, promove o bem-estar da população. Registou depois que, o alcatroamento da Estrada Nacional 8 já está a ser alcatroada. Deixou depois uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara sobre a rede de expressos, para que este lhe dissesse qual o balanço que faz sobre este assunto.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, começou por dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, pela grande obra que está na Calvaria de Cima e também ao Presidente da Junta porque é uma obra da Calvaria e não é uma obra de Porto de Mós. Referindo-se depois à Estrada Nacional nº 8, disse que o troço entre a Cruz da Légua já está concluído, não sabendo se irá levar mais uma camada de tapete ou não, mas terá que ser urgentemente marcada, pois têm ali ocorrido vários acidentes, como o Presidente da Junta do Juncal, também já referiu. Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara, para quando a intervenção na estrada de Albergaria à Zona Industrial, pois está péssima. Referiu depois a existência de alguns postes na via pública nomeadamente junto da "Real Fábrica de Porto de Mós" e na Rua da Vitória. Passou depois a referir-se às celebres rotundas do Juncal. Depois de ano e meio sem luz, tiveram luz dois ou três dias e depois disso o problema nunca mais foi resolvido, agradecendo atenção sobre isso.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a agradecer a toda a Assembleia, o facto de ter votado um minuto de silêncio em memória da senhora sua mãe. Mas queria também, dar uma palavra de solidariedade para com a família do João Paulo, um excelente rapaz, que fará muita falta àquela família. Disse depois que acompanhou a obra da Estrada Nacional nº 8 e do saneamento, exatamente por causa da sua mãe, que estava no Lar da Cruz da Légua, e aquando das suas visitas, sempre se aborrecia com aquela obra por causa do pó durante o verão e da lama no inverno. No entanto, nunca se aborrecia verdadeiramente, porque aquele foi uma das obras mais estruturante e mais importantes que a Câmara Municipal executou nos últimos dez ou quinze anos. Foram três milhões e trezentos mil euros debaixo do chão, e não há muitos executivos que o fizessem, sem saber se iriam ter participação para o efeito, para fazer uma coisa que é básica, estando a falar de uma faixa enorme do concelho de Porto de Mós, que em 2025, ainda não tinha

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento básico. Por isso, queria dar os parabéns ao Executivo, por ter a coragem de avançar com a obra, mesmo contra ventos e marés. Também esta obra do Eco Parque na Calvaria de Cima, também é uma obra muito relevante, porque a Calvaria não é uma freguesia qualquer. Do conjunto de todas as freguesias do Concelho de Porto de Mós, foi a única que conseguiu crescer em população, pelo que se justificava que esta freguesia tivesse uma zona de fruição para a sua população. Associou-se depois às palavras de Olga Silvestre, no que diz respeito às comemorações dos centenários da freguesia de Pedreiras e de Calvaria de Cima, que foram muito dignas, provando que não é preciso gastar muito dinheiro para fazer coisas bem-feitas, pelo que os executivos destas freguesias estão de parabéns. Deu ainda os parabéns ao executivo da Câmara pela execução de uma obra, de que se fala há trinta anos, e que é a continuação da Rua da Cooperativa. Uma outra situação de que muito se tem falado, tem a ver com a reorganização da zona desportiva, pelo que este projeto com ligação à rotunda da Amarela, é fundamental, porque a estrada 243, em muitos momentos do dia está muito saturada. Manifestou depois a sua satisfação pelo facto de a Câmara Municipal de Porto de Mós, em conjunto com a Associação Nacional de Calçada à Portuguesa valorizar aquilo que é um património de Porto de Mós e Alqueidão da Serra, o saber fazer da calçada portuguesa, uma arte, em que Porto de Mós é referência, e que é candidato a património imaterial da humanidade.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, perguntou qual o ponto de situação sobre a gestão dos bio resíduos e saber se já há a definição de alguma estratégia para a gestão dos resíduos têxteis.-----

-----**Dulce Maria Amado Custódio (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse que queria fazer um cumprimento especial ao deputado Júlio Vieira, porque a sua equipa ganhou as eleições da Federação Portuguesa de Futebol. Para todos os Portomosenses é um orgulho ver um dos seus, num cargo de direção do órgão mais importante do desporto nacional, e portanto, muitos parabéns. Disse depois que queria aqui falar sobre o Plano de Saúde, do qual é fã, não concordando com as correntes que dizem que é um atentado ao SNS. O Plano Municipal de Saúde de Porto de Mós, é um orgulho para todos, porque é um complemento para esse SNS, que tanto precisa de ajuda. Contudo, disse, ultimamente tem ouvido alguns comentários menos agradáveis, pelo que gostaria que o senhor Presidente esclarecesse o que é que se está a passar, nomeadamente que há menos médicos prestadores de serviços a aderirem ao Plano, porque o Município se atrasa muito com os pagamentos, pelo que gostava de ver esclarecidos estes rumores. Finalmente, disse que gostaria de convidar todos para irem a Serro Ventoso no Dia de Carnaval.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----No uso da palavra cumprimentou todos os presentes, na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, pedindo permissão para se dirigir aos Presidentes de Junta de Pedreira e de Calvaria, e nas suas pessoas cumprimentar as suas gentes e dar os parabéns pelos cem anos de paróquia e de freguesia. Dizer que em sua opinião foram justas e merecidas as homenagens que foram feitas a todos que estiveram ao serviço dessas freguesias. Agradecer ao senhor Presidente da Câmara o tapete de alcatrão que tem feito no Alqueidão, concretamente junto à rotunda do machado. Referiu-se depois à forma como as pessoas utilizam os ecopontos, deixando um alerta para uma melhor cidadania e ambiente.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Artur Louceiro, sobre o TGV, que de facto no dia 14 de março terá lugar em Leiria uma sessão de esclarecimento sobre esse assunto, por iniciativa da APA para os concelhos que são atravessados pelo TGV, (Porto de Mós, Marinha Grande, Leiria e Pombal), e será realizada no auditório da Escola Superior de Gestão do Politécnico de Leiria. Sobre esta questão da linha de alta velocidade, disse ainda que a Câmara recebeu esta semana um pedido de parecer. A Câmara já havia criado uma equipa de trabalho para analisar a questão dos traçados, e até dia 21 de março, é possível qualquer cidadão participar. Sobre a questão colocada pela deputada Cristina Rosa, disse que efetivamente existem dois traçados distintos, e em ambos os traçados há um princípio de parecer negativo, uma avaliação bastante negativa sobre o território do concelho de Porto de Mós. O traçado B é menos intrusivo do que o traçado A, entrando ambos na Cumeira, ambos em túnel. O traçado A, também tem túnel na zona do Andam. Ambas as avaliações são bastante negativas, manifestando maior preocupação se a opção for a A, por entender que sob o ponto de vista ambiental, esta é substancialmente pior. Disse depois que a Câmara irá defender que nenhuma delas vá por diante, podendo haver alterações e propondo a solução B, e será frontalmente contra a solução A. Há ainda que lembrar que a linha de alta velocidade é um projeto de interesse nacional, que se sobrepõe muitas vezes, àquilo que são as questões locais, e sobretudo aos problemas da população. Como já disse a Câmara está disponível para esclarecer, e ele próprio, fez esta semana um pedido às Infraestruturas de Portugal e também à APA, para se fazer uma reunião, aqui no concelho. Das Infraestruturas de Portugal, recebeu resposta tendo-lhe sido comunicado que esse era um tema que tinha que ser organizado pela APA. Da APA a única resposta que recebeu foi que não era com aquela pessoa, mas sim com o Gabinete de Comunicação, para onde remeteu de novo o pedido, estando neste momento a aguardar resposta. Na participação de dia 14, onde não poderá estar presente, mas onde se fará representar, no sentido de colocar as suas dúvidas, embora reconheça que temos aqui algum privilégio porque recebemos um documento para dar parecer, e vamos dar parecer defendendo a população. Sobre as questões das marcações da Estrada Nacional 8, disse que faz conta de que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na próxima semana se iniciem as pré-marcações, se o tempo ajudar, e depois as marcações, de acordo com o empreiteiro, devem ser concretizadas já no mês de março. Sobre a questão do Cruzeiro do Juncal, já disse várias vezes que há duas soluções. O atual proprietário do Cruzeiro, ter vontade de concretizar o negócio que foi apalavrado, estando a Câmara disponível para o fazer, como sempre disse, embora a palavra dele tenha sido de concretizar o negócio com uma determinada área e ao longo do tempo, essa área tem vindo a ser substancialmente reduzida, mas apesar disso a Câmara continua disponível para fazer a permuta de terrenos. Sobre as questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que iria avaliar, e porque é uma rua e não uma estrada, as seguradoras nesse aspeto são implacáveis. A estrada principal é para todos uma estrada principal, mas é uma rua e portanto terá que se recorrer àquilo que o senhor Presidente da Junta disse, e que é colocar sinalética. Quanto à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, disse que o primeiro concurso para as obras de alcatroamento ficou deserto, tendo a rubrica sido agora reforçada. As propostas do novo concurso vão ser abertas no dia 27, esperando que haja concorrentes. Era uma obra que, inicialmente, estava prevista com um valor máximo de quatrocentos mil euros, e foi a concurso, com IVA incluído, de seiscentos mil euros, um valor bastante significativo. Quanto aos outros alcatroamentos, disse que o concelho tem dez freguesias com muitas necessidades de alcatroamento, e algumas freguesias recorrem ao contrato interadministrativo para fazer algumas pavimentações urgentes. Quanto ao abastecimento das viaturas elétricas, está a ser finalizado o caderno de encargos para fazer um concurso público, para todas as freguesias do concelho. Sobre a questão colocada pela deputada Cristina Rosa, no que se refere ao Tokandar, disse que este ano, o projeto pedagógico do concelho de Porto de Mós, é a agricultura sustentável "Vamos pôr as mãos na terra", e normalmente este projeto é transportado para todas as outras iniciativas. E tem por base, exatamente a sustentabilidade. A sustentabilidade ambiental, económica e social das famílias. Disse que entende, que é importante que as crianças percebam qual é a origem dos produtos que consomem, como é crescer, e sobretudo, como é que os podem utilizar. Esta é a base deste projeto. Este projeto vai ser transportado para uma série de outras iniciativas, como é o caso do Carnaval, as tasquinhas, e outras atividades, como é o Tokandar. Sobre os apoios da Câmara, disse que esta faz parte do projeto "Ouro Líquido", que é muito importante, de valorização do olival tradicional. Também estão envolvidos noutros projetos, como é a apicultura, o ciclo do mel, e outros projetos que vão emergindo da sociedade civil. Quanto à questão colocada pela deputada Olga Silvestre, a quem agradece também as palavras de reconhecimento que fez, disse que de facto, a rede de expressos, tem sido uma surpresa, sobretudo para a empresa. Recordou depois que quando foi feito o orçamento para 2024, uma das questões que foi muito levantada, é não havia no orçamento, valores disponíveis, tendo sido essa, uma das razões, para o Partido Socialista ter votado contra o Orçamento e o Plano. No que se refere aos transportes, disse que a partir do momento em que a autoridade dos transportes é a Comunidade Intermunicipal, passamos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a ter uma gestão diferente, sobretudo em termos de investimento. Disse ainda que queria relembrar, que para além da rede de expressos, passámos a ter ligação, todos os dias uteis do ano, à sede do concelho e vice-versa, o aumento da oferta do Vamós estendido à freguesia de Alqueidão da Serra e do Juncal e também dizer, que dentro de algum tempo, vamos ter mais um autocarro do Vamós, um autocarro elétrico, muito importante para o objetivo do reforço da mobilidade do município, quando se fala de descarbonização. Também em conjunto com a CIM, no âmbito de uma candidatura, uma vez que o Governo alargou os valores disponíveis a candidaturas, e assim a CIM da Região de Leiria vai avançar na aquisição de mais um autocarro elétrico com a possibilidade de transporte de pessoas, com mobilidade reduzida. Disse que nos próximos dias serão convidados para experimentar as bicicletas Bimós, as bicicletas elétricas, um projeto que está concluído e cuja utilização será disponibilizada nos próximos dias. Como disse há pouco, está em curso a instalação de carregadores para viaturas elétricas, assim como o transporte a pedido, cujo *call center* acontecerá na *Real Factory*, no Juncal. Concluindo, disse pensar que este é um projeto fundamental para o desenvolvimento do concelho de Porto de Mós. Passou depois a informar dos números referentes à rede de expressos, dizendo que em 2024 foram transportadas 3 330 pessoas de, e para, Porto de Mós, sendo um numero muito significativo, porque a rede de expressos começou a operar em Porto de Mós a partir de setembro, e estes números reportam-se de setembro até ao final do ano, dos quais, 1 511 partiram de Porto de Mós e 1 819, chegaram a Porto de Mós. Em 2025, os números não são muito diferentes, e projetando o ano todo, será substancialmente melhor, porque chegaram a Porto de Mós até agora 473 pessoas, e saíram de Porto de Mós 381 pessoas, o que perfaz, 854 passageiros, um número substancialmente acima do que era a expectativa da rede de expressos. Respondendo depois ao deputado Joaquim Santiago, disse que de facto é uma obra da Calvaria de Cima, mas tanto esta freguesia como todas as outras nove, são concelho de Porto de Mós. É uma obra que foi suportada pelos cofres do Município de Porto de Mós em boa altura, tratando-se um excelente investimento, que pode ser fruído por todos. A estrada de Albergaria à Zona Industrial, não está previsto, neste momento, ser repavimentada. Quanto aos postes, não foram retirados, mas não foi por falta de pedidos à e-redes. Sobre a rotunda do Juncal disse que não volta a falar. Sobre a questão colocada por Júlio Vieira, disse que, sobre o saneamento, ao longo da obra verificaram que era importante servir mais casas e o valor total da obra, ascende a mais de quatro milhões de euros, que é muito significativo. Felicitou ainda o Júlio Vieira pelo facto de ter sido eleito como diretor da Federação Portuguesa de Futebol, e como foi dito é um orgulho para todos, ter um portomosense num alto cargo nacional. A abertura da Rua Adelino Reis dos Santos tem o projeto aprovado, e prevê a abertura da Rua num só sentido, saindo na Estrada Nacional, parecendo-lhe que vai ser uma estrada que vai fluir, eliminando os constrangimentos, no entanto se no seu decurso se achar que alguma coisa está menos bem, está disponível para que se façam as correções necessárias. A reorganização do espaço da Várzea, o projeto da segunda fase do Parque Verde, está em curso. Trata-se de um projeto de grande

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dimensão, que tem que ser compatibilizado com o estudo que já está feito. O estudo da variante a Porto de Mós, tem início na rotunda da ALE, desembocando na rotunda do Intermarché. Sobre a questão do reconhecimento da Calçada à Portuguesa, ela já foi reconhecida como património cultural e agora está-se a trabalhar, na fase final, para lançar a candidatura a Património Imaterial da UNESCO. A gestão dos bio resíduos, questão colocada pela deputada Liliana Pereira, estão a ser recolhidos pela Rodolixo, estando em fase piloto na região, com o projeto a ser distribuído, dentro de algum tempo, nomeadamente nas freguesias de Pedreiras, Calvaria de Cima e Juncal. Quanto à questão dos têxteis existe um acordo com a Sarah Trading que não tem custos para o Município, que fazem a recolha, a triagem e o tratamento de todos os resíduos têxteis, sendo que um dos grandes problemas que existem, é a devassa sistemática dos contentores, dando um péssimo aspeto aos locais onde se situam. Sobre a questão do cartão de saúde, passou a dar alguns números que lhe parecem importantes, respondendo à deputada Dulce Custódio. Em 2024, o número de telefone que está associado ao cartão recebeu 4 961 chamadas para marcação de consultas, e em 2024 foram feitas 1081 consultas domiciliárias, tendo também já sido feitas 178 vídeo consultas. Em 2025, os números alteram-se de forma significativa, com crescimento, porque no mês de janeiro houve 160 consultas ao domicílio, e 464 marcações de consultas, das quais 47 foram consultas de clinica geral, em vídeo consulta. Neste momento, o cartão de saúde de Porto de Mós, tem 14 298 pessoas registadas, a 31 de janeiro e tem mais 333 pessoas do que tinha a 31 de dezembro de 2024. Teve um crescimento de 27% em relação a janeiro de 2024, parecendo-lhe ser um instrumento já muito importante para dar resposta aos problemas de falta de médico, mas também quando se pede urgência na resposta aos utentes. Sobre a questão dos atrasos de pagamentos, o Município não tem atrasos em nenhuns pagamentos, dizendo que o ano de 2025 já está integralmente pago, e esta é uma questão que não tem nada que ver com o Município. O Município tem um protocolo com uma entidade, sendo esta que protocola com os médicos, e portanto, empurrar esta questão para o Município não faz qualquer sentido.-----

### -----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

#### -----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou a informar que “a Assembleia Municipal vai mais uma vez celebrar o Dia Internacional da Mulher, que se assinala a 8 de março, como tem sido habitual. Este ano vamos fazer a homenagem no dia 9 de março, às 14,30 horas, no Cineteatro de Porto de Mós. Todos os senhores deputados estão convidados, os senhores Presidentes de Junta e a comunidade em geral. Este ano, a ONU lançou o tema, para todas as mulheres e meninas, “Direitos, Igualdade e Empoderamento”, e é neste âmbito que nós propomos uma jornada de reflexão e compromisso. Este ano, decidimos homenagear as mulheres do concelho, que exercem a sua atividade profissional, no setor social, que consideramos, que são mulheres, que nas diversas áreas, garantem o apoio e proteção aos mais vulneráveis, e que de uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma geral, se dedicam ao bem-estar dos outros. Neste âmbito, já foi feita uma reunião com os senhores presidentes das direções das IPSS's do concelho, para indicarem quem foram as primeiras mulheres até à atualidade, que fizeram parte da direção destas IPSS's, e também quem foram as mulheres que fizeram parte das Mesas da Assembleia. Como algumas IPSS's têm várias valências, pedimos também aos senhores presidentes das direções que indicassem uma mulher em cada área, que representasse todas as outras. Conto com todos vós, neste dia homenagem, porque cada vez é mais importante lembrarmos o Dia Internacional da Mulher. Posto isto, também gostava de expressar, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Pedreiras e de Calvaria de Cima, a nossa gratidão pela dedicação e determinação, e pelo caminho que têm sabido trilhar, ao longo deste tempo, como Presidentes de Junta, e que têm sabido honrar, valorizar e afirmar as freguesias como comunidades ativas e valorizadas. As Comemorações que já foram aqui valorizadas por todos, merecem também o meu reconhecimento. Neste âmbito, quero dizer aos senhores deputados, porque muitos não estiveram presentes, que os senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima e da Junta de Freguesia de Pedreiras, reconheceram e homenagearam também a Assembleia Municipal pelos trabalhos prestados e desenvolvidos." Terminando, disse querer agradecer aos senhores Presidentes de Junta por essa valorização da Assembleia Municipal, que é um compromisso assumido por todos, e em particular, ela própria, em se aproximar das comunidades e dos Presidentes de Junta em prol do bem-estar das comunidades do concelho de Porto de Mós. Informou também, que a senhora deputada Olga Silvestre enviou um convite para a Assembleia, na qualidade de representante do conselho económico de Pedreiras, para que os seus membros estejam presentes, se assim o entenderem, na freguesia de Pedreiras, dado que o pároco das paróquias de Pedreiras e Juncal, irá deixar estas e conseqüentemente o nosso concelho, para passar a servir no concelho de Leiria. Desta forma, a população das duas comunidades, está a organizar uma despedida que se irá realizar dia 23 de Fevereiro em Pedreiras, com a celebração de missa pelas 11h e após, um almoço partilhado. Também na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou o senhor deputado Júlio Vieira pelo seu cargo na Federação Portuguesa de Futebol, sendo sempre importante ter uma pessoa do concelho a ser valorizada. -----

-----**2. Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2024; 3. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2024; 4. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2024** : -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento dos pontos em supra, dizendo que os compromissos plurianuais decorrem do documento que já aqui foi aprovado. No que se refere ao ponto três, disse que o Município não tem pagamentos em atraso, mas tem efetivamente recebimentos em atraso, com um valor com algum significado, que em 2024, ascendeu a pouco mais de trezentos e dezoito mil euros, sendo que parte deste valor, cerca de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cento e sessenta mil euros, se encontra em execução fiscal. Estas dívidas dizem respeito aos serviços de fornecimento de água e saneamento e o restante, cerca de cento e trinta mil euros, respeitam aos serviços sociais, principalmente as refeições que são fornecidas às crianças, que não são suspensas, por falta de pagamento por parte dos pais, embora se tratem, grande parte das situações, de uma franja da classe média, que não tem escalões e que por vicissitudes da vida, deixam de ter capacidade financeira. Nestas situações estão a ser feitos planos de pagamentos, de acordo com as capacidades financeiras que as pessoas evidenciam, manifestando a importância de se continuar a cumprir esta função social do Município.-----

### -----**Joaquim Santiago Virgilio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, concordou com o facto de não se cortar a alimentação às crianças, mas tem de haver alguma pressão, de forma a que os pais assumam os seus compromissos, referindo que a classe média, tem condições para pagar, pois também têm condições para adquirir carros elétricos. Relativamente às dívidas do consumo de água, perguntou se quando se corta a água, se os municípios não pagarem, se se volta a fazer a ligação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer, relativamente às dívidas relativas às refeições das crianças, que não se trata da classe média dos carros elétricos, referindo que há gente que passa mal no concelho, e é de classe média, estando de consciência tranquila quanto à forma como se está a agir, no sentido de resolver o problema, sem arranjar outros maiores. Relativamente à água, o que disse é que há cento e trinta e três mil novecentos e doze euros e noventa e cinco cêntimos, que dizem respeito à fatura da água, e que estão em execução fiscal. E ainda estão vinte e nove mil, que estão à parte, e que resultam dos cortes da água, que têm um custo, e que vão igualmente para execução fiscal, não havendo aqui nenhuma confusão.-----

### -----**5. 1ª Modificações aos Previsionais 2025-2029:**-----

-----**5.1. 1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025; 5.2. Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2025 e 5.3. 1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2025:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, passando a apresentar a proposta que a seguir se transcreve, e que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 06.02.2025.-----

### -----**"Considerando que:**-----

-----O n.º 6 do art.º 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, confere maior flexibilização na utilização do "saldo de gerência anterior", na medida em que parte deste saldo resulta das receitas consignadas, pode ser incorporado na execução orçamental do ano, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, concretizando-se

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por meio de uma alteração orçamental com aprovação do mapa de fluxos de caixa; -----  
-----A incorporação do saldo de gerência não está dependente da apreciação e votação do relatório e contas pela Assembleia Municipal, mas tão só, da aprovação pelo órgão competente, a Câmara Municipal, do mapa dos fluxos de caixa onde o mesmo é apurado; -----  
-----Igual procedimento acontece desde o início do exercício com a incorporação, no apuramento dos fundos disponíveis de janeiro, das verbas inerentes ao saldo da gerência, conforme determina a alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação; -----  
-----O mapa de fluxos de caixa / demonstração do desempenho orçamental do ano de 2024 foi aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 08 de janeiro do corrente ano, onde se apurou um saldo de gerência desse exercício no montante de 6.756.278,73 €, deste valor há montantes que correspondem a receitas consignadas oriundas do PRR para a obra "Escola Secundária de Porto de Mós – Requalificação e ampliação" e da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, para a obra: " Requalificação das margens e desassoreamento do Rio Lena". -----  
-----Ademais, o artigo 145.º da Lei 45-A/2024, de 31 de dezembro (O.E. 2025), determina o seguinte: -----  
-----"Integração do Saldo de execução orçamental:-----  
-----Após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental."-----  
-----O saldo da gerência incorporado na presente revisão visa financiar despesa corrente no montante **242.134,08 €** e despesa de capital no valor de **1.552.000,00 €**.-----  
-----A presente revisão tem um especial enfoque de transferir dotações de projetos previstos nas grandes Opções do Plano de "financiamento não definido", para "financiamento definido", os projetos constantes no Plano Plurianual de Investimentos que foram aprovados nos documentos previsionais iniciais nessa situação.-----  
-----No âmbito desta revisão foram ainda incluídos alguns projetos que pela sua relevância e a necessidade de destacar e alguns que até podem vir a ter participações financeiras externas para a sua execução, nomeadamente:-----  
-----Estratégia Municipal de Saúde – Plano estratégico Municipal de Saúde e Bem-estar; ---  
-----Arranjo no Largo da Igreja de Mira de Aire; -----  
-----Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Mira de Aire; -----  
-----Reserva Fluvial da Bacia Hidrográfica do Lis.-----  
-----Também foram dotados projetos que tinha ficado a zero, mas que se verificou a necessidade de dotar:-----  
-----Projeto de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis – aquisição de contentores;-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No âmbito desta revisão foi ainda desagregada uma rubrica da receita: Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis por forma a encaixar a receita do chamado "IMT Jovem", conforme instruções da DGAL, bem assim como ajustar alguns valores das GOP's para anos seguintes;-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do Artigo 33.º, e da alínea a), do n.º 1, do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as revisões orçamentais (Alterações Modificativas) devem ser aprovadas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. -----

-----Neste sentido, **proponho:** -----

-----1) A aprovação da presente Alteração Orçamental Modificativa, nos termos do disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), mais precisamente na NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, em articulação com o POCAL, no Ponto 8.3.1 -Modificações do Orçamento e da alínea c), n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

-----2) Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a integração do Saldo de Gerência no âmbito da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento do ano 2025, considerando a prévia aprovação dos Mapas de "Fluxos de Caixa" e da "Demonstração de Desempenho Orçamental", em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1, do Artigo 33.º, bem como, da alínea a), do n.º 1, do Artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor."-----

-----Referiu ainda que as rubricas são muitas, estão abertas com financiamento não definidos, mas assumiu que vão ser feitas determinadas obras, preferindo que seja assim, em detrimento de colocar estas obras em rubricas genéricas, como o fazem muitas Câmaras Municipais. Disse ainda, o que não deixa de ser relevante, que os cerca de 3,6 milhões de euros referentes à receita prevista com a venda dos lotes da ALE de Porto de Mós, não estão aqui incluídos. Durante o mês de março, vamos ter aqui uma alteração de receitas, que será depois acomodada para dar resposta às restantes rubricas que ficaram com receita não definida. Dizer também, que tendo em conta uma reavaliação das obras de saneamento, previstas para o Chão Pardo, Casais Garridos, Andáinho, Casal da Luísa e Casal da Fonte, a Câmara trará aqui à Assembleia Municipal, provavelmente à próxima, um pedido de aprovação dum financiamento, para parte destas obras. Sobre a questão do saneamento de Mira de Aire, que não deixa de ser relevante, continuamos, junto do Ministério da Ambiente, que mesmo estando numa situação de não agregados, que possa haver aqui uma avaliação extraordinária ao risco do aquífero de Mira de Aire, que possa pôr em causa todo o restante aquífero de água doce do maciço, a tentar que haja financiamento para a obra de saneamento de Mira de Aire, que neste momento está partida em duas, mas que, se eventualmente houver financiamento, poder-se-á avançar para uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empreitada única. Esta é uma revisão pela positiva, com um valor muito significativo de reforço nas obras, sobretudo para a obra mais importante do concelho de Porto de Mós, neste momento em curso, que é a requalificação e ampliação da Escola Secundária de Porto de Mós.-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos na pessoa da senhora Presidente, e fazendo uma pequena análise desta situação, disse: *"Estamos perante a primeira alteração e modificação ao Orçamento para 2025, com a finalidade de incorporar o saldo de gerência que transitou do exercício de 2024, depois de devidamente aprovado pelo executivo camarário, através dos fluxos de caixa, onde o mesmo é apurado, e de acordo com a lei, tudo isto poderá ser feito, mesmo que ainda não estejam aprovadas as contas de 2024. Desta forma, fica desde já colocada à disposição do executivo, uma verba, com que poderá dar sequência aos projetos em execução, ou outros que, porventura possa ter em carteira, com o intuito de lhes dar seguimento. Em relação ao montante a incorporar, apresenta um valor, um pouco fora do normalmente transferido, em anos anteriores, o que importa analisar mais em pormenor. Desde logo, e se tivermos presentes os três últimos anos, os saldos de gerência transferidos anualmente, e que normalmente correspondiam a valores superiores aos habituais, verificamos que em 2021, o valor foi de três milhões trezentos e sessenta e cinco mil, em 2022, foi de três milhões setecentos e treze mil e em 2023, foi de dois milhões seiscentos e trinta e cinco mil, valores, efetivamente muito mais baixos, e a que corresponde uma média de três milhões duzentos e trinta e sete mil, por ano, destes três anos analisados. Ora, de 2024, vem um saldo de seis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil euros, um valor superior ao dobro da média anual mencionada, o que é de facto, uma situação a salientar e demonstrativo da boa gestão municipal, levada a efeito, só possível com uma eficaz política de recurso aos apoios e subsídios em vigor, como são os casos dos fundos comunitários, PRR e outros, cujos valores crescem substancialmente. Mas esta incorporação, não é sinónimo de algum desinvestimento ou a deixar ficar alguns valores a amontoar, só para ser bonito de apresentar, pois podemos ver, através do mapa de execução orçamental de 2024, e antes de termos as contas finais desse ano, este mapa, que consta na documentação do ponto 9 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, em que o Orçamento inicialmente previsto, foi executado totalmente e acima do que se esperava, tanto na receita como na despesa. Também merece realçar, que o executivo, acaba por alocar estes montantes, a novas despesas de investimento, em várias áreas de interesse municipal, e confirmar valores para projetos constantes do plano plurianual de investimentos, inicialmente programado e orçamentado, deixando assim ficar em aberto, cada vez mais, projetos para execução futura, e não se aproveitando este Município destas verbas, para em ano de eleições autárquicas entrar no campo de obras de fachada, só para daí advirem votos. Por tudo isto, achamos correto os valores a incorporar a sua distribuição, pelo que iremos votar a favor."* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto **5.1. 1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025**, da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 6 (seis) abstenções**.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto **5.2. Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2025**, da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 6 (seis) abstenções**.-----

-----Finalmente, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto **5.3. 1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2025**, da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 6 (seis) abstenções**.-----

-----**6. Transferência de competências no domínio da saúde contrato interadministrativo com a Freguesia das Pedreiras para gestão e manutenção da unidade de saúde – Proposta;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, passando a apresentar a proposta que a seguir se transcreve, e que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 06.02.2025.-----

-----“Nos termos legais os Município de Porto de Mós aceitou as competências na área da saúde em 01/01/2024 e decorrente deste processo passou a ser responsável, entre outras, pela gestão e conservação das unidades de saúde do concelho, onde se inclui a responsabilidade pelo pagamento de encargos com protocolo que a ARS Centro mantinha com algumas Juntas de Freguesia do Concelho com esse objetivo, especialmente para o pagamento de água eletricidade e serviços de limpeza. -----

-----Neste sentido, proponho possa ser elaborado o contrato interadministrativo entre este Município a Junta de Freguesia das Pedreiras, conforme minuta que se anexa, que teve subjacentes os seguintes critérios: -----

M2 IMPLANTAÇÃO (SEM TELHEIROS)	M2 IMPLANTAÇÃO (DE TELHEIRO)	DIAS ABERTO PÚBLICO - ESTIMADOS	OBS.
1,00 €	0,25 €	20,00 €	

-----Assim e por medição das áreas dos edifícios e dos dias estimados de abertura ao público os valores estimados mensais por mês para cada uma das freguesias que está assumir estas funções é a seguinte: -----

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM LIMPEZA USF	
	CRITÉRIOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

JUNTA DE FREGUESIA	M2 IMPLANTAÇÃO (SEM TELHEIROS)	M2 IMPLANTAÇÃO (DE TELHEIRO)	DIAS ABERTO PÚBLICO - ESTIMADOS	VALOR ESTIMADO - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (MENSAL)	Valor estimado anual
	1 €	0,25 €	20 €		
PEDREIRAS	380	65	20	796,25 €	9.555,00 €

-----As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 13 1.º, do referido regime jurídico.-----

-----Tendo em conta o atrás aludido, **proponho:**-----  
 -----Possam a Câmara aprovar a minuta de contrato interadministrativo a estabelecer com as Juntas de Freguesia de Pedreiras e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do estabelecido nas alíneas j) e k) do art.º 25.º, articulado com as competências da Câmara Municipal previstas na alínea l) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação."-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Em referência ao assunto em análise, tem que se considerar que a Freguesia de Pedreiras não tem rendimentos próprios, vivendo daquilo que recebe de subsídios e da Câmara Municipal, não sendo como algumas freguesias que têm proveitos próprios, sem ser dessas transferências. O que lhe chamou a atenção, foi que no quadro apresentado, os dias em que a unidade de saúde está aberta são vinte. No entanto existem meses com vinte e um, vinte e dois ou até com dezanove dias, pelo que acha haver aqui alguma incongruência, devendo a Câmara Municipal fazer aqui um ajuste mais verdadeiro. Disse achar que estas freguesias e nomeadamente a freguesia de Pedreiras que não tem proveitos suplementares, deveriam receber mais alguma coisa para que não tenham que entrar com dinheiros próprios. Disse ainda não saber se estes custos são iguais para as outras freguesias e também não sabe qual era o valor que a freguesia de Pedreiras recebia, não sabendo se o valor agora apresentado fica abaixo ou acima ou se é igual, tendo de haver o cuidado de verificar se as freguesias não ficam prejudicadas com isso.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que queria lembrar que as obrigações da freguesia, são apenas a limpeza, sendo que a eletricidade e a água, são da responsabilidade do Município e é o que está protocolado. A Junta de Freguesia das Pedreiras tem uma pessoa a meio tempo, que recebia duzentos e noventa euros por mês, e vai passar a receber setecentos e noventa e seis euros por mês, o que lhe parece ser bastante significativo. Os critérios que foram

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

definidos e que vieram aqui a esta Assembleia Municipal parecem-lhe adequados, mas no dia em que qualquer uma das Juntas de Freguesia, diga que deixou de ser adequado, com certeza que o protocolo será reformulado. Estes são os valores que estão que estão implícitos dentro dos critérios referidos. O Município de Porto de Mós, suporta a grande maioria, porque é transferido da DGAL um valor substancialmente abaixo, ou seja, para as quatro Juntas de Freguesia, um valor idêntico àquele que o Município paga a cada uma, por mês.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **6. Transferência de competências no domínio da saúde contrato interadministrativo com a Freguesia das Pedreiras para gestão e manutenção da unidade de saúde – Proposta** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Pedido de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro - Encargos Plurianuais para o concurso de prestação de serviços de seguros diversos ramos para os anos de 2025 (resto), 2026 e 2027; Proposta:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, passando a apresentar a proposta que a seguir se transcreve, e que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 06.02.2025.-----

-----“O lançamento do concurso supra referenciado pressupõe a assunção de compromissos plurianuais, cujos encargos estimados se encontram evidenciados no quadro a seguir apresentado.-----

-----Os encargos apresentados foram calculados em função dos preços que nesta data o Município está pagar por este serviço, replicado pelos anos previsíveis do contrato a celebrar para serviço pelo período de tempo previsível para o efeito, que a seguir se discriminam:-----

Anos	2025 (8 meses)	2026	2027	TOTAL	OBS.
Valor estimado do encargo financeiro	77.346,16 €	116.019,24 €	116.019,24 €	309.384,64 €	Classificação económica da despesa <b>01030901</b>
Valor estimado do encargo financeiro	68.712,12 €	103.068,18 €	103.068,18 €	274.848,48 €	Classificação económica da despesa <b>020212</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>146.058,28 €</b>	<b>219.087,42 €</b>	<b>219.087,42 €</b>	<b>584.233,12 €</b>	Valores isentos de IVA

-----Tendo em consideração que a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, (LCPA), na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne a entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

-----Considerando, por outro lado, que por razões de simplificação e celeridade processuais, a Assembleia Municipal concedeu autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais à Câmara Municipal e esta por sua vez delegou no Presidente da Câmara Municipal, nos casos em que: -----

-----• Os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano legalmente aprovados e; -----

-----• Os encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----Considerando que tal autorização não se aplica ao caso em concreto, tendo em atenção os montantes plurianuais a assumir e evidenciados no quadro acima.-----

-----Considerando que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, diploma que procede à terceira alteração ao Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, vem estabelecer que "Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano", sendo que se "exceção do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa", como é o caso em apreço. -----

-----Daqui decorre, tendo em atenção, quer os montantes envolvidos, quer o facto de aquando da aprovação inicial das Grandes Opções do Plano não estar inscritos o valor plurianual ajustado à despesa a satisfazer com este contrato, a reprogramação implica uma alteração do montante global da despesa, pelo que a mesma deverá ser sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

-----Tendo em conta ao atrás aduzido, **proponho:** -----

-----Nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho, na sua redação atual, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, também na sua atual redação, e ainda em cumprimento da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a submissão à Assembleia Municipal com vista à autorização prévia favorável à assunção dos compromissos plurianuais dos encargos, acima calculados, para a eventual execução do contrato supra referido."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **7. Pedido de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro - Encargos Plurianuais para o concurso de prestação de serviços de seguros diversos**

755

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ramos para os anos de 2025 (resto), 2026 e 2027; Proposta - posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----8. Proposta Final de ARU + ORU de Alqueidão da Serra e Relatório de Ponderação da Discussão Pública; Proposta: -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, passando a apresentar a proposta que a seguir se transcreve, e que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 06.02.2025.-----

-----"No âmbito da implementação da estratégia de reabilitação urbana para o Alqueidão da Serra, recorrendo à delimitação de uma ARU e sua operacionalização através de instrumento próprio - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), findo que é o período de Discussão Pública e concluída a ponderação das participações recebidas, apresenta-se à apreciação do executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alqueidão da Serra e respetivo PERU.-----

-----Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal os seguintes pontos:-----

-----Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----

-----Publicitação (meios) dos resultados da Discussão Pública;-----

-----Submissão da Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alqueidão da Serra e respetivo PERU, para análise e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 1 do Artigo.º 17 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro. -----

-----Os documentos referidos seguem em anexo a esta informação. -----

-----À consideração superior. -----

-----Anexos:-----

-----o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Alqueidão da Serra; -----

-----o Peças Desenhadas; -----

-----o Relatório de Ponderação da Discussão Pública (ARU+ORU)."

-----O senhor Presidente da Câmara, continuou dizendo que após a publicação em Diário da Republica, esta ARU passará a ter efeitos sob o ponto de vista da reabilitação urbana na aldeia de Alqueidão da Serra. Esta área de reabilitação urbana tem cerca de 63 hectares e daí resulta uma ORU, um programa de operação urbana, que se decidiu fazer sistemática. E é sistemática, porque prevê, que ao longo dos 15 anos deste plano, o Município tenha obrigação de fazer intervenções. Disse ainda que 15 anos é o tempo máximo, sendo que estas ARU's podem ser revisitadas ao fim de 5 anos. Neste momento existem as ARU's de Porto de Mós e Corredoura, Mira de Aire e do Juncal. Passará a existir a ARU do Alqueidão da Serra e se tudo correr como espera, até final do ano, será lançada a ARU de S. Jorge. São zonas identificadas com alguma degradação, e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essa degradação do parque habitacional, deve ter, da parte do Município, um estímulo para a reabilitação urbana. O lugar de Alqueidão da Serra, tem 436 alojamentos habitacionais, dos quais, 160, estão vagos ou são residências secundárias, Daí, decorre também o facto de, nos Censos de 2021 se tenha identificado que o lugar de Alqueidão da Serra, era daqueles, do concelho de Porto de Mós, que tinha maior perda de população, tendo perdido cerca de 11,7% da população, havendo apenas uma freguesia que perdeu mais população do que o Alqueidão da Serra, na comparação 2011/2021 e sendo importante que se inverta esta situação.-----

-----**Filipe da Conceição Batista – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra (JFAS):** -----

-----Usando da palavra, disse querer agradecer ao Município por em determinada altura, ter decidido desenvolver na aldeia de Alqueidão da Serra, este tipo de projeto. Pensa que se trata de uma mais-valia, passando a sugerir que seria bom que se fizesse um panfleto enunciando os benefícios que as pessoas podem ter com a implementação deste projeto, porque isso pode influenciar positivamente as pessoas. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que à semelhança de outras zonas do concelho, Alqueidão da Serra pode agora beneficiar deste instrumento que visa a revitalização de toda aquela zona. Em boa hora a Câmara apresentou esta proposta à Assembleia Municipal, para criar mais uma ARU no concelho. Disse ainda que se pode considerar que este foi um projeto record, pois despoletou-se há pouco mais de seis meses estando hoje em condições de se proceder à aprovação final da ARU de Alqueidão da Serra. -----

-----Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, o senhor Presidente da Câmara disse que o plano estratégico pode ser alterado de 5 em 5 anos, mas a delimitação não tem tempo. Se o executivo se propuser fazer uma alteração, propõe ao IHRU, e se este aprovar terá que ser feito, em dois anos, um novo plano estratégico (ORU). Em relação à comunicação à população, será como feito anteriormente, divulgando junto com a fatura da água. Terminando, disse ainda que neste momento se está em revisão do PDM, que irá criar um novo modelo para as aldeias em espaço rural, que irão ter um regulamento próprio, e esse regulamento poderá ter os mesmos benefícios que tem a ARU, sem obrigar a criar um instrumento de gestão para cada uma dessas aldeias rurais.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Câmara colocou a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **8. Proposta Final de ARU + ORU de Alqueidão da Serra e Relatório de Ponderação da Discussão Pública; Proposta** – tendo o mesmo sido **aprovado**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por unanimidade.

### 9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que apenas queria deixar aqui algumas notas que lhe parecem relevantes, sobretudo sobre a atividade mas também sobre aquilo que está a ser feito. Sobre a questão do ordenamento do território, disse que não pode deixar de referir algumas obras que lhe parecem determinantes para o futuro do concelho, como é requalificação e ampliação da Escola Secundária de Porto de Mós, que está em curso, uma obra que vai atingir um investimento de cerca de dez milhões de euros, a requalificação do Centro de Saúde de Porto de Mós, depois de dois concursos que ficaram desertos, já há concorrentes no terceiro concurso, que estão em fase de habilitação. A requalificação das margens do Rio Lena, obra que está em fase de conclusão. Vão também ser abertas as propostas para os passeios, via pedonal e ciclovia entre a Corredoura e a ALE, uma obra muito importante, o percurso pedonal entre Alcaria e Alvados, sendo que agora se vai fazer o primeiro troço até à Lagoa de Alvados e que já está adjudicado. Também se está numa fase de fazer algumas pavimentações que estavam previstas, no Alqueidão da Serra, Arrimal e também Mendiga e na freguesia de Porto de Mós. Está em curso um concurso que foi lançado já o ano passado, e que está a ser desenvolvido em todo o concelho, e que são cerca de cem mil euros em pinturas de passadeiras. A pavimentação e passeios da estrada da Fonte dos Marcos até Jardim, que está na fase de adjudicação. A pavimentação da Rua do Vale d'Água que está em concurso público como também o está a estrada de S. Bento aos Telhados Grandes. A cobertura da Escola Básica nº 1 de Alqueidão da Serra também está em concurso público. A requalificação da Rua Francisco Sá Carneiro, em Alvados está também em concurso público assim como a requalificação da Rua da Pevide, na Corredoura, que também já está em procedimento concursal. Está também em fase final, já com projeto aprovado, a abertura da Rua Adelino Reis dos Santos. Disse que queria dar aqui uma nota, manifestando estranheza por o Vereador Rui Marto ter distribuído o projeto, já que o mesmo se encontra disponível, e o mesmo foi aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade, na passada quinta-feira o princípio da aquisição dos terrenos necessários para concretizar esta obra, dizendo que se trata de uma obra fundamental, que não pode ser adiada. O projeto teve de ser feito, porque o anterior executivo não deixou nenhum. Assim este executivo fez este e outros projetos e irá fazer outros que deixará para o executivo que vier a seguir: construção da zona de contemplação das Grutas de Alvados, Parque Verde de Porto de Mós, que está na fase final de projeto, requalificação da Igreja Velha do Arrimal, pensando lançar o concurso entretanto, um projeto de visitação à Fornea, o edifício dos Gorjões, processo que tem vindo a ser adiado, porque se continua a aguardar parecer da CCDR, porque se trata de um edifício classificado e têm que se

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

cumprir regras. A requalificação da Rua do IEJ que será concluída, a construção da Rotunda do Chão Pardo, a pavimentação da Estrada 242-4, desde a rotunda da Castanheira à Cruz da Légua, a pavimentação desde a rotunda da Castanheira até ao limite do concelho, na Rua Vale de Deus, no Juncal. A requalificação da escola do Tojal, um investimento de cerca de cem mil euros, para a colocar em utilização já no próximo ano letivo. Está também a ser concretizado o projeto dos bairros comerciais digitais, que vai melhorar significativamente a relação entre os comerciantes e a população, a ampliação da envolvente ao Centro Escolar das Pedreiras, a requalificação da Escola Básica nº 1 de Mira de Aire, que já tem um projeto, para se avançar no tempo de férias. A ciclovia do Alqueidão da Serra até à Valicova. A ciclovia do Chão Pardo. A pavimentação da Rua Nova de Serro Ventoso, um parque de estacionamento na Rua de Baixo no Juncal, a requalificação das Minas da Bezerra, para além de um conjunto vasto de saneamentos básicos, como é o caso da Rua Romana, que também já tem concorrentes para ser executado, e se iniciarem as obras nos próximos tempos. Disse ainda que, para além da atividade de se verem na rua obras feitas, ainda não pararam de fazer projetos para dar resposta a todas aquelas que são, as diversíssimas rubricas que existem em Plano e Orçamento.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usou da palavra, para sugerir que se encerrasse esta Assembleia como se iniciou, com um voto de pesar a uma grande figura do Juncal, do associativismo, da cultura, do voluntariado, que partiu recentemente, sendo uma figura que marcou - Vítor Nascimento. Seguidamente a senhora Presidente propôs que se fizesse um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 5 (5.1, 5.2, 5.3.), 6, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos**, que passou a ler. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 20.35 horas do dia 21 de fevereiro de 2025, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---